

**PERCEPÇÕES DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO
ENTRE JOVENS
METALÚRGICAS DO ABC
PAULISTA: DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO,
TRAJETÓRIAS
OCUPACIONAIS E
OPRESSÃO DE GÊNERO NO
ESPAÇO FABRIL**

**PERCEPTIONS OF GENDER RELATIONS AMONG YOUNG FEMALE
METALWORKERS IN THE ABC PAULISTA REGION: SEXUAL DIVISION OF
LABOR, OCCUPATIONAL TRAJECTORIES, AND GENDER OPPRESSION IN
THE FACTORY ENVIRONMENT**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 28/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782322343](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782322343)

Almir dos Santos

RESUMO

O presente artigo analisa as trajetórias ocupacionais de jovens metalúrgicas egressas do Centro de Formação Profissional da Volkswagen do Brasil em parceria com o SENAI, tomando como eixo analítico as relações sociais de sexo e a persistência da divisão sexual do trabalho no espaço fabril. As dinâmicas sociais destas metalúrgicas estão marcadas por práticas sociais que demonstram a persistência histórica das práticas de opressão de gênero, fenômeno resultante das relações sociais de sexo, constituídas e constituintes de relações assimétricas e desiguais de poder. O objetivo central consiste em compreender por que os avanços educacionais, técnicos e institucionais conquistados nas últimas décadas não foram suficientes para reduzir substancialmente as desigualdades de gênero em um dos mais importantes polos industriais do país. A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica, análise documental e interpretação sociológica das experiências concretas destas trabalhadoras. Argumenta-se que a permanência de mecanismos de opressão de gênero, aqui compreendidos a partir das “trincheiras organizacionais”, opera a reprodução de hierarquias de gênero no interior das relações produtivas, limitando a mobilidade profissional feminina e reforçando formas históricas de subalternização do trabalho das mulheres. Conclui-se que as desigualdades de gênero no espaço fabril não podem ser compreendidas apenas como resquícios culturais, mas como elementos estruturantes das formas contemporâneas de organização do trabalho industrial.

Palavras-chave: Relações de gênero; divisão sexual do trabalho; jovens metalúrgicas; trajetórias ocupacionais; indústria automobilística.

ABSTRACT

This article analyzes the occupational trajectories of young female metalworkers who graduated from the Volkswagen Brazil Vocational Training Center (in partnership with SENAI), focusing on gender relations and the persistence of the sexual division of labor within the factory setting. The social dynamics of these metalworkers are marked by practices that demonstrate the historical persistence of gender oppression—a phenomenon stemming from gender relations that both constitute and are constituted by asymmetrical and unequal power dynamics. The central objective is to understand why the educational, technical, and institutional advances achieved in recent decades have not sufficed to substantially reduce gender inequalities in one of the country's most important industrial hubs. The research employs a qualitative approach, combining a literature review, document analysis, and a sociological interpretation of the workers' concrete experiences. It is argued that the persistence of mechanisms of gender oppression—understood here through the lens of "organizational trenches"—reproduces gender hierarchies within productive relations, thereby limiting women's professional mobility and reinforcing historical forms of the subordination of women's labor. The study concludes that gender inequalities in the factory environment cannot be viewed merely as cultural vestiges, but rather as structural elements of contemporary forms of industrial work organization.

Keywords: Gender relations; sexual division of labor; young female metalworkers; occupational trajectories; automotive industry.

1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas produziram impactos significativos na composição da

categoria metalúrgica no ABC. Nesta região metropolitana de São Paulo, historicamente vinculada à consolidação da indústria automobilística nacional, observa-se a emergência de um novo perfil de trabalhadoras metalúrgicas, marcado pelo aumento da escolarização, ampliação da formação técnica, e crescente participação feminina em postos de trabalho tradicionalmente ocupado por homens.

O conceito de relação social de sexo sintetiza teoricamente os múltiplos formatos da opressão presentes em diferentes espaços como o familiar, o escolar e o fabril, traduzindo uma lógica de relações de poder que subjuga os corpos femininos aos poderes arbitrários das subjetividades masculinas. Assim estas trabalhadoras são oprimidas no processo de construção de suas subjetividades devido a relações de poder desiguais e assimétricas. (BOURDIEU, 2010; LOBO, 2011; HIRATA, 1994)

O cotidiano das atividades produtivas dessas metalúrgicas não está dissociado dos processos históricos que o reproduzem nas relações sociais de sexo no espaço fabril. A análise sociológica permite desvelar as nuances e a conjuntura dos impactos dessas relações sociais sobre as trajetórias ocupacionais dessas trabalhadoras.

Entretanto, a ampliação do acesso das mulheres à formação profissional e ao trabalho industrial não implicou, necessariamente, na superação das desigualdades de gênero no espaço fabril. Apesar dos avanços institucionais promovidos por acordos coletivos, políticas de inclusão e a permanente escolarização destas jovens metalúrgicas, persistem mecanismos de segregação ocupacional, desvalorização do trabalho feminino e limitação da mobilidade profissional destas trabalhadoras.

Nesse sentido, este artigo busca responder à seguinte questão: por que a ampliação da qualificação técnico-profissional e os avanços nas garantias trabalhistas não foram capazes de reduzir significativamente as desigualdades de gênero no interior da indústria automobilística do ABC Paulista?

Parte-se da hipótese de que a permanência da divisão sexual do trabalho, associada à reprodução de formas historicamente sedimentadas de dominação masculina, opera como elemento estruturante das relações produtivas contemporâneas. Ainda que as mulheres tenham ampliado sua presença numérica na categoria metalúrgica, sua inserção ocorre sob condições marcadas por mecanismos simbólicos, institucionais e organizacionais que reproduzem hierarquias de gênero.

A análise das percepções acerca das relações de gênero entre as jovens metalúrgicas no processo de construção de suas trajetórias ocupacionais representa a busca por amadurecimento teórico-metodológico na proposição de ruptura com um modelo androcêntrico de trabalhador metalúrgico, visando compreender as construções históricas das relações sociais de sexo no espaço fabril, as quais são permeadas por relações de poder desiguais e assimétricas. (HIRATA, 1995; HIRATA E KERGOAT, 2020)

O artigo está dividido em quatro partes. Inicialmente, contextualizamos historicamente a inserção das metalúrgicas na indústria automobilística do ABC Paulista. Em seguida, discute-se o referencial teórico acerca das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho. Posteriormente, analisam-se as experiências concretas das jovens metalúrgicas no espaço fabril e por fim,

discutem-se os limites e as possibilidades das ações sindicais no enfrentamento da opressão de gênero.

2. A INSERÇÃO FEMININA NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DO ABC PAULISTA

A constituição da indústria automobilística brasileira esteve profundamente associada ao modelo fordista de organização da produção, caracterizado pela especialização das tarefas, intensificação do trabalho e valorização da força física masculina. No ABC Paulista, esse processo consolidou uma identidade operária fortemente masculinizada, reforçada tanto pelas práticas empresariais quanto pelas representações produzidas sobre a categoria metalúrgica.

Durante décadas, a presença feminina no setor restringiu-se a funções consideradas secundárias ou complementares. A inserção das mulheres em atividades técnicas ocorreu de maneira mais significativa apenas a partir dos anos 1990, em meio aos processos de reestruturação produtiva e modernização tecnológica das montadoras, em meio a processos de demissão em massa provocados pela reestruturação produtiva promovidos pela montadora alemã.

É relevante destacar que, mesmo em um contexto de sucessivas crises econômicas, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC alcançou inúmeras conquistas mediante negociações coletivas, o que demonstra o importante papel institucional do movimento sindical na região. Além disso, houve espaço para inclusão de novas agendas para atuação do movimento sindical, como redução do tempo de

trabalho, saúde do trabalhador e questões de gênero (GARCIA, 2007).

A Volkswagen do Brasil reagiu positivamente ao referido modelo concorrencial implementado nesse período. Implantou uma reestruturação produtiva, modernizou o processo produtivo com inovações tecnológicas, novos modelos de gestão de pessoas e terceirizou setores considerados improdutivo, como a parte logística, entre outros, para reduzir custos e para manter a competitividade e a liderança no mercado automotivo.

A reestruturação produtiva implementada pela montadora aumentou a produtividade média de cada metalúrgico com a fragmentação das tarefas na linha de montagem, e possibilitou a execução de mais tarefas em um menor período. Com a variabilidade do mix de produtos, volume de produção e a gama de modelos para atendimento à demanda do mercado nacional e internacional, a montadora conseguiu praticar preços mais competitivos e recuperar a lucratividade. Além disso, manteve a liderança de vendas de automóveis comerciais leves durante muitos anos (ARRUDA, 2010; ALVES, 1998; BRESCIANI, 1997; ANTUNES, 2005; LEITE, 1994; MARTINS, 2000).

No entanto, os efeitos deletérios da reestruturação produtiva foram sentidos pelo conjunto dos trabalhadores. Houve demissões em massa, o que obrigou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a adotar estratégias institucionais mais defensivas, como negociar acordos coletivos, em vez de mobilizar a categoria para fazer greves. Objetivou-se preservar direitos e benefícios conquistados nas décadas anteriores, ter controle social compartilhado das

reestruturações produtivas e promover melhoria das condições de trabalho e aumento dos salários.

Dentre as conquistas no campo das negociações coletivas, a incorporação da mão de obra feminina qualificada por meio do ingresso das filhas e parentes de metalúrgicos da Volkswagen do Brasil no início dos anos 1990. A primeira medida da empresa foi o estabelecimento de cotas para participação feminina no processo seletivo do SENAI VW, mais precisamente duas mulheres, uma para cada curso. Com o sucesso das primeiras formandas no Centro de Formação Técnica, a empresa abandonou a política de cotas e estabeleceu no ano seguinte que homens e mulheres concorressem em igualdade de condições.

Nesse contexto, a parceria entre a Volkswagen do Brasil e o SENAI representou um importante mecanismo de formação técnica para jovens trabalhadoras oriundas de famílias metalúrgicas. A ampliação do acesso feminino aos cursos técnicos resultou, em grande medida, da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, especialmente pela defesa da adoção de políticas de inclusão das mulheres nos processos seletivos da empresa.

Atualmente, estas trabalhadoras constituem um referencial de análise para compreender a centralidade do trabalho na juventude e a dinâmica do mercado formal de trabalho na indústria metalúrgica no ABC Paulista. Suas trajetórias ocupacionais na indústria automotiva diferem das trajetórias da maioria dos jovens de sua idade que trabalham na mesma categoria.

Indagar sobre o perfil socioeconômico destas jovens, suas demandas, suas relações sociais de sexo e representações no

processo de construção de suas trajetórias ocupacionais constitui o objeto privilegiado para conhecer as relações sociais que atualizam a sociabilidade metalúrgica no ABC Paulista.

A problemática dessas metalúrgicas clarifica um fenômeno observado nas últimas décadas no perfil da mão de obra do ABC Paulista, após o aumento de sua escolarização: a profusão e valorização do ensino técnico e a massificação do ensino superior no Brasil, que denotam a busca pela qualificação como forma de manutenção do emprego e busca pela mobilidade profissional.

São estimuladas por seus pais a prolongarem a formação educacional com o fito de construir trajetórias ocupacionais na indústria automobilística em meio a um processo seletivo concorrido e com inúmeros candidatos bem-preparados. Alguns pais, com melhores condições financeiras, investem em cursos preparatórios voltados para processos seletivos realizados nas escolas técnicas financiadas pelas indústrias da região, como o SENAI VW, SENAI Mercedes Benz, Colégio Termomecânica, entre outros.

O fato de iniciar a trajetória ocupacional a partir da formação técnica em escolas como o SENAI VW, torna-se uma luta contra o desemprego na região e uma forma de manter as conquistas obtidas pela família ao longo das últimas décadas. É a concretização do sonho de dar às filhas a “vida que seus pais não puderam ter”.

Todavia, a ampliação da presença feminina não eliminou os mecanismos de segregação ocupacional. A mobilidade profissional das metalúrgicas permanece limitada pelas estruturas hierárquicas das empresas, nas quais os homens seguem ocupando

majoritariamente os cargos de liderança e gestão, ainda que a empresa tenha mobilizado mecanismos para sanar tais desigualdades.

3. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para analisar as percepções das jovens metalúrgicas acerca das relações sociais de sexo no espaço fabril tomamos como fio condutor as trajetórias ocupacionais dessas trabalhadoras, que desvelam as dinâmicas sociais de gênero e classe, bem como as experiências concretas e cotidianas de múltiplas opressões no local de trabalho.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a “[...] divisão sexual do trabalho é um formato conjuntural da divisão do trabalho decorrente das relações entre os sexos”. Sua peculiaridade está nas práticas de opressão de gênero no espaço fabril, onde certas habilidades adquiridas pelas mulheres no trabalho doméstico são requeridas na execução do processo produtivo, o que intensifica a exploração da mão de obra feminina. Por isso, é possível afirmar que as ferramentas e postos de trabalho no espaço fabril não são sexualizadas, mas as relações sociais de sexo no espaço fabril são, pois, apesar de não serem formuladas para abrigar relações de poder, tornam-se suas expressões mais caras (LOBO, 2011).

Heloisa Martins (2000) define trajetórias ocupacionais como “[...] percursos feitos por sujeitos socializados, que sofrem influência das esferas familiar, escolar e outras”, em um período marcado por indefinições, incertezas e inseguranças. O conceito demanda a perspectiva de transições: da juventude para a vida adulta, da escola

para o trabalho, da dependência familiar para a autonomia social. São processos complexos, e as jovens metalúrgicas defrontam-se com necessidades de definições de projetos de vida nas quais o trabalho configura um elemento de suma importância.

As relações sociais de sexo aparecem nesse período de indefinições em meio a escolhas para inserção no mercado formal de trabalho, busca de qualificação técnica, orientações da família, da escola e do espaço fabril. É nessas esferas relacionais que a opressão de gênero molda as experiências concretas das jovens metalúrgicas no processo de construção de suas trajetórias ocupacionais.

As percepções de gênero das jovens metalúrgicas acerca das relações sociais de sexo apontam para múltiplas práticas no cotidiano do âmbito produtivo, abrangendo as interfaces sexuadas da categoria e as relações de poder que atravessam e permeiam o trabalho produtivo e reprodutivo, conformando suas trajetórias ocupacionais, práticas e discursos, as quais são desenvolvidas socialmente por meio da educação e do trabalho. Essas representações contêm as práticas sociais que conformam o cotidiano das subjetividades femininas e masculinas no espaço fabril e a historicidade da divisão sexual do trabalho, permitindo problematizar as vinculações existentes como interseccionais (HIRATA; KERGOAT, 2020; LOBO, 2011; SAFFIOTI, 2013).

A análise das relações sociais de sexo que conformam as trajetórias ocupacionais das jovens metalúrgicas deve articular, tanto as relações intersubjetivas na linha de montagem, quanto o próprio processo de socialização no SENAI VW, e captar as interconexões entre educação e trabalho na formação das subjetividades femininas.

O espaço fabril adota um modelo androcêntrico de trabalhador como sujeito universal e homogêneo, portanto, idêntico a si mesmo, enquanto o feminino é pensado como particular ou derivado deste modelo, portanto, submetido a condições de subalternidade, evidenciando a opressão de gênero sofrida pelas mulheres e sua invisibilização no mundo do trabalho. (LOBO, 2011)

Ainda que o processo produtivo tenha sido modificado com a reestruturação produtiva e que a formação técnica tenha adquirido primazia no processo de socialização das gerações mais recentes da categoria metalúrgica, a cultura masculinizada ainda permanece enraizada na construção das relações sociais de sexo na linha de montagem. Essa cultura motiva comportamentos discriminatórios, tais como o exercício do controle dos corpos, a promoção de constrangimentos psicológicos e sociais no desempenho das atividades produtivas a partir da reprodução de estereótipos e as práticas de assédio moral e sexual, ainda que em menor escala e de forma mais sutil (QUIRINO, 2015; ARAÚJO; FERREIRA, 2000; ARAÚJO, 2000; GARCIA, 2007; LOBO, 2011; HIRATA; KERGOAT, 2020; HIRATA, 2007).

Nesse sentido, as relações sociais de sexo no espaço fabril tornam-se elaborações teóricas acerca das dinâmicas sociais em que as metalúrgicas estão inseridas. São relações de poder conformadoras de suas experiências concretas, marcadas por múltiplas opressões oriundas das relações de classe e gênero e expressas em construções discursivas movidas por estereótipos, valores e posturas que comportam resquícios culturais e históricos característicos de uma categoria profissional acentuadamente masculinizada.

Problematizar as percepções de gênero das metalúrgicas a partir de suas relações sociais de sexo, significa ampliar o conhecimento sobre essa parcela da categoria. Significa também investigar esses sujeitos históricos no cotidiano de suas atividades, suas práticas, heterogeneidade e especificidades, situando-os no processo de mudanças que atingiram o mundo do trabalho na contemporaneidade. Assim, torna-se possível captar a processualidade histórica a partir de suas perspectivas e relações intersubjetivas.

A compreensão das desigualdades de gênero no espaço fabril exige a análise das relações sociais de sexo como relações historicamente construídas e estruturadas por assimetrias de poder. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho constitui um princípio organizador das relações sociais, responsável por hierarquizar atividades produtivas e atribuir valores distintos ao trabalho masculino e feminino, operando simultaneamente por meio da separação e da hierarquização das atividades, destinando aos homens as funções socialmente valorizadas e às mulheres as tarefas associadas à reprodução social e ao cuidado. Tal dinâmica ultrapassa os limites da esfera doméstica e se reproduz nas instituições produtivas modernas. (KERGOAT, 2020; HIRATA; 2007)

No caso da indústria metalúrgica, a consolidação histórica de um modelo androcêntrico de trabalhador contribuiu para invisibilizar a participação feminina e naturalizar a predominância masculina nos postos de comando e liderança. As competências associadas ao trabalho industrial — força física, racionalidade técnica, disponibilidade integral e autoridade — foram socialmente construídas como atributos masculinos.

Nessa perspectiva, as desigualdades observadas no interior das fábricas não podem ser reduzidas a comportamentos individuais discriminatórios. Trata-se de mecanismos estruturais que conformam subjetividades, organizam trajetórias profissionais e delimitam possibilidades de ascensão ocupacional.

O conceito de “trincheiras organizacionais” permite iluminar os modos pelos quais tais desigualdades são reproduzidas contemporaneamente. Essas trincheiras consistem em barreiras simbólicas e institucionais que dificultam o acesso das mulheres aos postos de maior prestígio e remuneração, mesmo quando possuem qualificação equivalente ou superior à dos trabalhadores homens.

Isso acontece porque os homens ainda compõem a maioria numérica da categoria metalúrgica, do chão de fábrica ao topo da hierarquia, inclusive nas estruturas de poder do movimento sindical, o que evidencia que as trincheiras organizacionais não estão restritas ao espaço fabril, mas diretamente relacionadas com a divisão sexual do trabalho na sociedade. Ela operacionaliza a dominação masculina, com reflexos diretos no processo de construção das trajetórias ocupacionais das metalúrgicas. Aceitação social e naturalização das relações de poder desiguais e assimétricas estão presentes nos aspectos pretensamente neutros, homogêneos e universais das relações sociais de produção, tais como o modelo androcêntrico de trabalhador metalúrgico, o saber técnico e a inovações tecnológicas (BOURDIEU, 2010; HIRATA; KERGOAT, 2008; ARAÚJO; FERREIRA, 2000; LOBO, 2011; GONÇALVES; GANAKA, 2017; GARCIA, 2007, HIRATA, 1994).

O funcionamento do mecanismo social das trincheiras organizacionais encontra sua elaboração mais refinada na

elaboração das competências e habilidades para compor o perfil da mão de obra especializada: liderança e gestão de pessoas para ocupar postos de trabalho com maior remuneração nas empresas, engajamento com a produtividade e a qualidade, disponibilidade à empresa, firme convicção de que as trajetórias ocupacionais estão em permanente construção, aperfeiçoamento de conhecimentos profissionais, prática de horas extras e construção identitária do trabalhador fundamentada no desempenho produtivo. Essas competências e habilidades são comprovadas em uma verificação simples das redes sociais desses trabalhadores, como participação efusiva em eventos promovidos pela empresa e até mesmo na aquisição exclusivista de produtos vinculados à montadora.

As trincheiras organizacionais constituem um mecanismo social de desvalorização e hierarquização do trabalho feminino, o que entra em clara contradição com os tempos sociais femininos. As metalúrgicas concorrem aos cargos e são promovidas, em alguns casos. No entanto, convivem sob a sombra dos estereótipos que cercam a condição feminina metalúrgica, a partir de submissão às subjetividades masculinas.

Por exemplo, a dificuldade dos homens para lidar com lideranças femininas, seja na linha de montagem, seja no setor administrativo. Alguns aspectos estéticos e comportamentais oprimem as mulheres no espaço fabril, como: o “dever” de estarem sempre bem-vestidas e maquiadas e não se sentarem com as pernas afastadas. Devem portar-se com decoro, falar baixo ao dirigir a palavra a um homem, principalmente se for mais velho do que ela e estar sempre de bom humor. Devem ser dóceis e obedientes no exercício de suas atividades produtivas, realizar tarefas que remetem a trabalhos domésticos, como fazer o café, providenciar alimentação para

alguma reunião ou festa, entre outras atividades consideradas não produtivas.

Caso não cumpram essas expectativas ou o papel social que se exige delas, tornam-se objeto de críticas ou até mesmo de discriminação, em alguns casos. Essas subjetividades sexuadas, diante de situações concretas de discriminação cotidiana, colocam as mulheres em uma situação de invisibilidade profissional e social, e elas acabam criando a necessidade de provar para si mesmas e para seus colegas de trabalho que são capazes de se adequar aos moldes androcêntricos de trabalhador estabelecidos no espaço fabril. Assim, as trincheiras organizacionais tornam-se um importante elemento modulador da subjetividade metalúrgica.

Os tempos sociais dessas metalúrgicas, suas práticas de trabalho e as percepções construídas a partir de suas experiências concretas evidenciam a opressão de gênero que sofrem, desde o ambiente familiar até o espaço fabril, pois a responsabilização pelo trabalho doméstico colide com as exigências profissionais das empresas.

4. EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO E OPRESSÃO NO ESPAÇO FABRIL

As experiências cotidianas das jovens metalúrgicas evidenciam a permanência de formas difusas e capilares de opressão de gênero no espaço fabril. Essas práticas manifestam-se tanto por meio de discriminações explícitas quanto por mecanismos sutis de controle social dos corpos femininos.

As trabalhadoras relatam a necessidade constante de validação de sua competência profissional em um ambiente marcado pela predominância masculina. Além disso, persistem expectativas normativas acerca dos comportamentos femininos, envolvendo

padrões estéticos, formas de comunicação e posturas consideradas adequadas ao gênero.

Tais mecanismos contribuem para a produção de um fenômeno identificado como “masculinização” das metalúrgicas, no qual as mulheres são pressionadas a incorporar comportamentos associados à masculinidade como estratégia de reconhecimento profissional.

A capilaridade dos formatos relacionais de dominação masculina, conformando subjetividades femininas no local de trabalho desvalorizando suas atividades produtivas, produz outro fenômeno social no espaço fabril conhecido como a masculinização das metalúrgicas.

Esse fenômeno exalta a performance produtiva de metalúrgicas para que se equiparem aos homens, na reprodução de um comportamento masculinizado ou em termos da utilização da força física na execução das atividades produtivas, submetendo-se aos ritmos intensos de trabalho à possibilidade de lesões por esforços repetitivos, esgotamento mental, entre outras doenças ocupacionais.

A masculinização das metalúrgicas é construída por meio de práticas sociais que delineiam o “modo de ser metalúrgico” na linha de montagem de veículos automotores. Apesar de constituir resquícios culturais da divisão sexual do trabalho presentes no processo produtivo fordista, revelam a opressão de gênero sofrida pelas metalúrgicas no chão de fábrica.

Nesse processo, fatores como a predominância quantitativa de homens, a permanência de setores produtivos considerados como

nichos masculinos (como a manutenção mecânica e elétrica), o primado da força física na execução de certas atividades produtivas e a unidade da categoria metalúrgica ainda são mantidos como aspectos culturais legitimadores de comportamentos discriminatórios contra as metalúrgicas no espaço fabril. (HIRATA; KERGOAT, 2007; LOBO, 2011; MARTINS, 2000)

A opressão de gênero está presente em diversas práticas na linha de montagem, tais como a sonegação de informações acerca das tarefas a serem executadas nos postos de trabalho, com o objetivo de prejudicar as metalúrgicas recém-chegadas na linha de montagem, induzindo-as ao erro operacional. Está presente também quando há reclamações constantes com os monitores, caso saiam mais de uma vez para ir ao banheiro, ilações acerca de sua vida sexual em escritos em portas de banheiro masculino ou em conversas privadas, visando manter o anonimato, necessidade de cobrar que as mulheres estejam sempre bem arrumadas e sorridentes. Além disso, questões como a exclusão feminina em aplicativos de redes sociais, como os grupos de WhatsApp relacionados aos times de produção que, apesar de formados para informar sobre assuntos de interesses dos trabalhadores, são inundados por pornografia, violência policial e memes sobre futebol.

Paradoxalmente, mesmo quando alcançam elevados níveis de qualificação educacional, as trabalhadoras permanecem submetidas às exigências contraditórias impostas pela divisão sexual do trabalho. A responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e reprodutivo colide com as demandas empresariais por produtividade, disponibilidade e engajamento permanente.

Nesse sentido, a opressão de gênero não constitui um elemento externo às relações produtivas, mas um componente estruturante das formas contemporâneas de organização do trabalho industrial.

5. MOVIMENTO SINDICAL E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Historicamente, as questões de gênero sempre pontuaram a agenda sindical de forma complexa e, por vezes, ambígua, evidenciando os interesses contraditórios e conflitos existentes entre representantes do movimento sindical e as empresas da região. O objetivo era enfrentar a opressão de gênero no espaço fabril mediante a implementação de cláusulas protetivas para o trabalho feminino em acordos coletivos (LOBO, 2011; ARAÚJO; FERREIRA, 2000; GARCIA, 2007; CRISTIANE; GANAKA, 2017).

Atualmente, os avanços das questões de gênero no espaço fabril adquiriram relevância no âmbito da construção de políticas trabalhistas, devido à importância que o tema obteve no debate público, e ao poder de mobilização de diversos movimentos feministas, que reverberaram nas organizações sindicais desde a década de 1970, sensibilizando paulatinamente setores da mídia, universidade e empresas.

Nesse sentido, a Comissão de Fábrica da Volkswagen tornou-se um importante ator político no enfrentamento das múltiplas opressões sofridas pelas mulheres no espaço fabril. Concebida como uma forma de organização dos trabalhadores a partir do local de trabalho, tornou-se um espaço para reflexões sobre as discriminações ocorridas nos locais de trabalho e, posteriormente, um indutor da promoção da redução das desigualdades de gênero.

A incorporação das questões de gênero na agenda do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC resultou de um processo histórico de tensionamento interno e diálogo com os movimentos feministas. A criação da Comissão de Fábrica da Volkswagen constituiu um marco importante na construção de canais institucionais voltados ao enfrentamento das desigualdades no local de trabalho.

As negociações coletivas passaram a incorporar cláusulas específicas de proteção ao trabalho feminino, combate ao assédio moral e sexual e promoção da igualdade de oportunidades. Além disso, a participação de mulheres sindicalistas nas estruturas de representação contribuiu para ampliar a visibilidade das demandas das trabalhadoras.

A conquista de direitos expressos nesses acordos resultou em cláusulas protetivas para o trabalho feminino. Assim, a empresa reconhece as metalúrgicas como sujeitos de direitos com demandas e especificidades, além de conceber a opressão de gênero como lesiva à subjetividade feminina, à produtividade e a própria imagem da empresa. Nesse sentido, o ordenamento jurídico dificulta o paternalismo nas relações sociais e a reprodução dos estereótipos de mãe, esposa e de trabalhadora indefesa, submissa e carente do amparo masculino no espaço fabril.

A perspectiva de gênero na negociação de acordos coletivos deve-se à importante participação de metalúrgicas sindicalistas em rodadas de negociação de campanhas salariais e acordos coletivos, como Rosi e a Michele, que apresentaram demandas específicas com o intuito de que fossem transformadas em direitos trabalhistas. Trata-se, portanto, de um claro sinal de construção de uma cultura de

direitos ao trabalho feminino (ARAÚJO; FERREIRA, 2000; GARCIA, 2007; BERTOLIN; KAMADA, 2012).

Ao explicitar e combater as diversas formas e medidas discriminatórias contra as mulheres, tais como o controle dos corpos femininos, violências de gênero, assédio moral e sexual, além de arbitrariedades de caráter sexista, a Comissão de fábrica adquiriu relevância na luta contra a opressão de gênero no espaço fabril. Exercendo um importante papel na promoção de campanhas de conscientização junto às metalúrgicas, interage no chão de fábrica a partir das demandas dessas trabalhadoras, lutando pela contratação de mais mulheres na empresa.

As metalúrgicas compõem aproximadamente 20% dos trabalhadores da montadora, segundo relatos de um informante que participa da Comissão de Fábrica. Uma das formas de promover a redução das desigualdades de gênero no espaço fabril e as trincheiras organizacionais é o aumento numérico das metalúrgicas no espaço fabril, buscando a representatividade feminina na categoria. Apesar das metalúrgicas formadas pelo SENAI VW aumentarem a participação feminina na montadora, ainda não constituem um contingente representativo para mobilizar transformações significativas nas políticas para o trabalho feminino realizadas pela Comissão de Fábrica.

A Comissão de Fábrica da VW tornou-se um aliado importante no enfrentamento da opressão de gênero. A compreensão das experiências concretas dessas trabalhadoras, o compromisso traduzido em luta no espaço fabril e o registro das vozes femininas contra as múltiplas opressões, por vezes, resultam em conflitos. Contudo, a permanência de estruturas sindicais historicamente

masculinizadas evidencia os limites dessas transformações. As desigualdades de gênero atravessam não apenas o espaço fabril, mas também as próprias organizações representativas da classe trabalhadora. A Comissão de Fábrica, assim como todos os homens, precisa enfrentar esses conflitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias ocupacionais das jovens metalúrgicas do ABC Paulista permite compreender as contradições que marcam a inserção feminina na indústria automobilística contemporânea. Embora a ampliação da escolarização e da formação técnica tenha possibilitado novas oportunidades de acesso ao trabalho industrial, persistem mecanismos estruturais de reprodução das desigualdades de gênero.

A permanência da divisão sexual do trabalho e da dominação masculina revela que os avanços institucionais e jurídicos, embora relevantes, ainda não foram suficientes para alterar de modo substantivo as relações de poder que estruturam o espaço fabril.

Dessa forma, o enfrentamento das desigualdades de gênero exige ações articuladas entre movimento sindical, instituições educacionais e políticas públicas, capazes de questionar os fundamentos estruturais da organização sexuada do trabalho.

Por fim, destaca-se que as jovens metalúrgicas constituem sujeitos históricos fundamentais na produção de novas experiências de trabalho e resistência, tensionando as formas tradicionais de sociabilidade operária e ampliando os horizontes de transformação social no interior da indústria automobilística brasileira.

A configuração da divisão sexual do trabalho na indústria automotiva, socialmente construída como estratégia de gestão da mão de obra, reproduz no espaço fabril as relações de poder desiguais e assimétricas presentes em outras esferas da sociedade, como a família e a escola, e determina a construção de representações acerca das subjetividades femininas e masculinas, bem como suas práticas concretas e ações de resistência fragmentárias.

Nesse sentido, a formação técnica e acadêmica e a estabilidade financeira e ocupacional não são elementos suficientes para eliminar tais práticas no cotidiano das metalúrgicas, incapazes de possibilitar rupturas no formato estrutural da divisão sexual do trabalho, a ponto de conceber novas práticas sociais de modo articulado e sistêmico nos espaços familiar, escolar e fabril.

É relevante destacar a necessidade de ações coletivas no enfrentamento das desigualdades de gênero, tal como se apresentam na sociedade brasileira: de modo articulado e sistêmico. As práticas sindicais voltadas para as questões de gênero questionam o formato estrutural da opressão, tal como se configura no espaço fabril.

A dinâmica acentuadamente masculina na formação técnica e no espaço fabril, onde os ritmos intensos de trabalho e a opressão de gênero causam sofrimentos psicológicos às mulheres, em um ambiente de trabalho que reproduz comportamentos discriminatórios moldados por estereótipos de gênero, práticas construídas histórica e socialmente, apesar de ser um espaço produtivo pretensamente neutro, técnico e objetivo.

As transformações no mercado formal de trabalho na indústria automotiva afetam as mulheres de modo peculiar, pois, além das questões da produtividade e do engajamento, as percepções das jovens metalúrgicas referem dinâmicas diferenciadas na configuração dos postos de trabalho, do trabalho em equipe e na busca pela mobilidade pessoal.

Esses questionamentos abrem flancos importantes na busca pelos impactos diretos da divisão sexual do trabalho no desempenho das atividades produtivas das trabalhadoras e no modo como a divisão sexual do trabalho contribui na constituição identitária das jovens metalúrgicas. Isso em decorrência dos conflitos profissionais por causa das questões de gênero, o que denota a importância dos desafios de ser mulher no espaço fabril.

Os limites impostos são de fato desafiadores, mas a capacidade destas mulheres em superar a experiência da invisibilidade no espaço fabril e serem sujeitos históricos de suas trajetórias ocupacionais é uma possibilidade real e viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni Antônio P. **Restruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de Campinas SP: 1998 422 p.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo - SP. Editora Boitempo, 2005 136 p.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. FERREIRA, Verônica Clemente. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e Gênero: mudanças,**

permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000 384 p.

ARRUDA, Lilian Rose. **Do local ao global: o processo de reestruturação na Volkswagen Anchieta entre 2001 e 2006.** Tese de doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo- SP. 2010 173p.

BERTOLIN, Patrícia T. M.; KAMADA. Fabiana L. **Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos.** Cadernos Espaço Feminino. Uberlândia – MG Vol. 25 n.1 jan./jun. 2012

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 9º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010 160 p.

BRESCIANI, Luís Paulo. COSTA, Esdras da Silva. SOUZA, Maria do Socorro. **Demanda local e formação da força de trabalho na região do Grande ABC: um estudo sobre a qualificação técnica da região.** Revista Educação e Tecnologia. UTFPR- Curitiba. 2016

GARCIA, Ivete. **As operárias do ABC: reestruturação produtiva, relações de gênero e participação sindical feminina nos anos 1990.** Santo André – SP. Editora do Autor, 2007 197 p.

GONÇALVES, Caroline. GANAKA, Cristiane T. **A inserção das mulheres no ramo metalúrgico: uma década de avanços, desigualdades e lutas.** Revistas Ciências do Trabalho Nº 9 Dezembro de 2017

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. **Atualidade da divisão sexual do trabalho e a centralidade do trabalho das mulheres.** Revista Política e Trabalho Número 53. Jun./Dez. 2020 p. 131-143 ISSN 1517-5901

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa. Vol. 37 N° 132 pp. 595-609 set/dez. 2007

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa. Vol. 37 N° 132 pp. 595-609 set/dez. 2007

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos.** Revista Estudos feministas, ano 2. N. 94, p. 93-100, 1994

HIRATA, Helena. **Relações Sociais de Sexo e do trabalho.** Revista Em aberto. Brasília Ano 15, Número 15 Jan./Mar. 1995 p. 39-45

LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária.** Editora Scritta. São Paulo – SP 1994. 331p

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência.** 2° edição. Editora Perseu Abramo. São Paulo, 2011 287 p.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. **A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens metalúrgicos operários.** Revista Pro-Posições. Número 5 Volume 1 Jul/2000. 18-27 p.

QUIRINO, Raquel. **Divisão social do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teóricas-conceituais em uma perspectiva marxista.** In: Trabalho e Educação. Belo Horizonte, v.24, n.2 p.229-246, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3° Edição São Paulo- SP. Editora Expressão Popular, 2013 528p.

